



A REVISTA CRIANÇA E ESCOLA: UM IMPRESSO DE DIVULGAÇÃO DE NOVAS METODOLOGIAS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORAS PRIMÁRIAS - (1963-1972)

Bruna Reis Afonso

Doutoranda do PPGE-FaE/ UFMG

brunareisafonso@gmail.com

RESUMO:

Este trabalho tem por objetivo analisar a revista Criança e Escola como instrumento de formação continuada para professoras primárias e de divulgação de novos métodos pedagógicos desenvolvidos no interior Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar (Pabae). O Pabae foi um órgão criado a partir de um acordo de cooperação entre Brasil e Estados Unidos, com sede em Belo Horizonte, e que tinha o objetivo de aprimorar a educação primária e normal. O Programa esteve em vigência entre os anos de 1956 e 1964, já a revista Criança e Escola foi publicada desde 1963 até 1972. O periódico tornou-se uma publicação trimestral, ilustrada, cuja paginação variou entre 32 e 68 páginas, ao longo dos 34 volumes. O foco do programa era a formação de professores, nesse sentido foram desenvolvidas diversas estratégias, dentre elas o envio de bolsistas para treinamento na Universidade de Indiana, a oferta de cursos nas diferentes áreas do ensino, a publicação de impressos diversos, tais como livros e manuais destinados a professores, dentre eles a coleção Biblioteca de Orientação da Professora Primária, além de folhetins e da revista Criança e Escola. Cabe salientar a prevalência de mulheres na elaboração do periódico, elas atuaram como autoras, editoras/diretoras, conselheiras editoriais. Em sua maioria, eram professoras que estudaram na Universidade de Indiana como bolsistas e que, após a formação em Bloomington, passaram a integrar o corpo técnico do Pabae. Esta pesquisa se ancora nos fundamentos teórico-metodológicos da chamada Nova História Cultural, mobilizando especificamente o conceito de representação proposto por Roger Chartier. Assim, pretendemos evidenciar por meio da análise da revista Criança e escola, as diferentes representações feitas, no âmbito do Pabae, sobre a educação primária brasileira, seus principais problemas e as estratégias por meio das quais se acreditava poder mitigá-los. Esta pesquisa se insere



também no campo de estudos que se dedica a abordar as culturas do escrito, pois seu intuito é compreender o papel ocupado pela revista *Criança e Escola* na difusão de ideias e métodos pedagógicos. A imprensa pedagógica é, assim, tomada como instância que contribui para a aproximação dos sujeitos com o escrito, destacando-se o fato de *Criança e Escola* ser uma publicação oficial, diretamente vinculada ao Pabae e ao Centro Regional de Pesquisas de Minas Gerais. Nessa perspectiva, não se trata somente de um veículo, um suporte para a difusão de conteúdos pedagógicos, mas o próprio impresso se constituía como uma instância educativa, visando qualificar a docência em atividade. Para fundamentar o estudo do impresso, também são mobilizados cartas, ofícios, relatórios e outros documentos produzidos pelo Pabae.

PALAVRAS-CHAVE: Pabae; revistas pedagógicas; formação de professores primários.

A revista *Criança e Escola*¹ foi uma publicação do Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar (Pabae) e circulou com esse nome no período de 1963 a 1972. Após o encerramento da cooperação financeira e técnica norte-americana, no segundo semestre de 1963, o quadro de técnicos brasileiros que faziam parte do programa foi incorporado pelo Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais, o que permitiu a continuidade da publicação. A publicação passou a ser intitulada *Escola Fundamental* a partir do n° 35 de 1972. O último exemplar encontrado, até o momento, foi o n° 38 de 1974.

O número experimental de *Criança e Escola* foi publicado em janeiro de 1963. O periódico se originou da junção dos boletins publicados pelo Pabae e tornou-se uma publicação trimestral. Maria Onolita Peixoto, que assina o editorial, afirmou que a ideia inicial era agrupar os boletins dos diversos departamentos do Pabae em um único periódico, posteriormente, surgiu a sugestão de criar uma revista. Os objetivos da publicação eram: “[...] atender à educação primária, servir professores primários nas suas principais necessidades escolares, promover os contatos pedagógicos com ex-bolsistas e educadores em geral, vinculados ou ainda não ao Pabae.” (PEIXOTO, 1963). Assim, a

¹ A Revista *Criança e Escola* é parte do acervo da *Biblioteca do Professor* da Escola de Formação e Desenvolvimento Profissional de Educadores /Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais.



revista era tanto um instrumento de formação continuada para ex-cursistas, quanto uma forma de divulgação do Programa e das ideias pedagógicas difundidas em seu âmbito. A revista trataria de temas “relacionados aos problemas da Escola Pré-primária e Primária, à aprendizagem da criança em idade escolar e assistência metodológica aos professores” (idem).

No processo de produção desse impresso, foi criada uma Comissão formada por integrantes do Pabae, que definiu o título da revista, sua periodicidade, o caráter inédito de seus artigos, e as seções do periódico, que deveria trazer a cada número, dez assuntos variados. Já o aspecto gráfico seguiria as determinações da gráfica do Programa. Cabe ainda destacar que a equipe editorial foi formada predominantemente por professoras que haviam estudado na Universidade de Indiana como bolsistas do Pabae e que, após essa formação, passaram a fazer parte do quadro de técnicos do Programa. O periódico tornou-se uma publicação trimestral, ilustrada, cuja paginação variou entre 32 e 68 páginas, ao longo dos 34 volumes.

O Programa de Assistência Brasileiro Americana ao Ensino Elementar², criado na gestão do ministro da Educação e Cultura, Clóvis Salgado, durante a presidência de Juscelino Kubitschek. O acordo para a criação do programa foi assinado em 22 de junho de 1956, firmado pelo ministro Clóvis Salgado, o então governador do estado de Minas Gerais, José Francisco Bias Fortes e pelo diretor da *United States Operation Mission to Brasil* (USOM-B), William E. Warne. De acordo com Edil Vasconcelos Paiva e Léa Pinheiro Paixão (2002), o Programa, cujo centro-piloto instalou-se na cidade de Belo Horizonte, encontrou resistências de alguns grupos de educadores, especialmente, os nacionalistas, os católicos e parte dos professores do Instituto de Educação. A implantação do centro-piloto na capital de Minas Gerais foi amplamente divulgada na imprensa sob uma perspectiva de retorno aos “tempos de Francisco Campos”; desejava-se colocar Minas num lugar de vanguarda educacional, tornando a cidade de Belo Horizonte a “Capital pedagógica do Brasil” (PAIVA E PAIXÃO, 2002, p.16). Segundo Paiva e Paixão, esse ideário não estava fora de lugar, pois Mário Casasanta e Abgar

² “O Pabae, de 1956 a 1964, passou por dois momentos na administração da assistência técnica. O primeiro foi realizado pelo Programa Ponto IV, que se prolongou até o final da década de 1950, era administrado pela International Cooperation Administration (ICA). O segundo, com início em 1961, foi o período da Aliança para o Progresso, cujas diretrizes de assistência técnica, foram implantadas pela United States Agency for international Development (USAID).” (PAIVA, PAIXÃO, 2002, p.57)



Renault, que estavam diretamente envolvidos na implantação do Pabae, tiveram presença marcante na Reforma Francisco Campos. Casasanta foi nomeado pelo então Secretário de Educação, Abgar Renault como diretor do centro-piloto do Pabae. O órgão foi sediado em espaço ocioso cedido pelo Instituto de Educação.

O INEP teve papel central na viabilização do programa. O Instituto e os Centros Regionais de Pesquisas Educacionais³ a ele vinculados passaram a adotar uma abordagem sociológica e a levantar os problemas políticos e administrativos que deveriam ser sanados no âmbito educacional. Eni Caldeira (*apud* Paiva e Paixão) aponta alguns dos problemas encontrados: altos índices de evasão e repetência, necessidade de ampliar a duração do ensino primário e de qualificar o professorado; o Pabae visava, grosso modo, sanar este último. Na perspectiva adotada no programa, tal objetivo seria alcançado por meio de treinamentos oferecidos aos professores das escolas normais e da produção de materiais didáticos que subsidiariam o trabalho nas escolas primárias e normais.

A análise do filme “*A educação agora é outra*”, realizada por Susane da Costa Waschinewski e Giani Rabelo, traz elementos interessantes para a compreensão do repertório de ideias mobilizadas no âmbito do Pabae. O filme foi produzido com intuito de divulgar o programa. As autoras apontam que, como estratégia discursiva, o filme explorou cenas que demonstram o desinteresse das crianças frente ao conteúdo ministrado por uma professora, para em seguida apresentar a questão “Por que será que as crianças não aprendem as lições?” (WASCHINEWSKI, RABELO, 2017, p.548). A resposta seria encontrada junto aos técnicos do Pabae, que por meio do ensino de estratégias adequadas que valorizavam a brincadeira, a experiência, as atitudes espontâneas, conseguiram instruir a inspetora – que havia visitado a instituição em busca de soluções – para que esta fosse capaz de estimular a mudança de metodologia entre as professoras. Desse modo, após participar do treinamento oferecido pelo Pabae, a inspetora pôde intervir e contribuir na formação das professoras, e a sala de aula apresentada anteriormente se transformou, os alunos ficaram interessados e o ambiente organizado. Além da valorização dos aspectos considerados próprios da infância, os métodos propostos pelo

³ De acordo com Maria do Carmo Xavier (2007), o Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais também contou com a atuação de Casasanta e Renault como diretores; o órgão se estabeleceu em salas ociosas do Instituto de Educação e iniciou suas atividades 14 de agosto de 1956.



Pabae apresentavam, segundo o vídeo, outra vantagem: seriam facilmente aplicáveis, porque os recursos pedagógicos necessários para o estímulo e a facilitação da aprendizagem eram de baixo custo, podendo ser produzidos pelos próprios professores. Essa longa digressão sobre o filme é válida por sintetizar a ênfase nas mudanças metodológicas como instrumento de melhoria da qualidade do ensino primário.⁴

A formação inicial oferecida pelo Pabae consistiu no envio de bolsistas para treinamento na Universidade de Indiana, sob a coordenação de Maxine Dunfee. A chegada das professoras a Bloomington, campus da Universidade onde se daria o curso, ocorreu em novembro de 1956 e seu retorno, no início de 1957. Para a primeira turma de bolsistas (1956/1957) foram selecionadas 14 participantes. Segundo Paiva e Paixão, Lúcia Casasanta afirmou ter indicado 12 delas. A maioria dessas professoras passaram a fazer parte do quadro técnico do Programa na categoria de “*Assistant teacher educator*”. Outras turmas de bolsistas foram formadas posteriormente.

Além do filme e dos intercâmbios aos Estados Unidos, o Programa se desenvolveu por meio de visitas realizadas pela equipe técnica às escolas normais. Paiva e Paixão informam que, no ano de 1958, escolas normais de Diamantina e Montes Claros e as Secretarias de Educação do Ceará e do Rio Grande do Norte fizeram parte do programa de visitas. A partir de 1959, o Programa passou a oferecer cursos com duração de um semestre: CaPPEN (Curso de aperfeiçoamento para professores de Escolas Normais) e o CPEPEN (Curso de psicologia educacional para professores de escolas normais). Esses cursos eram ministrados pela equipe técnica brasileira e abrangiam as áreas de Psicologia educacional, Aritmética, Ciências, Currículo e supervisão, Estudos sociais, Língua pátria e Educação pré-primária.

A chegada de Jânio Quadros, e depois de João Goulart ao poder, deu início a uma mudança de perspectiva em relação à política externa adotada pelos Estados Unidos. Paiva e Paixão salientam que no governo Goulart, o Ministro da Educação Paulo de Tarso manifestou franca oposição ao Pabae e, em 15 de outubro de 1963, assinou portaria que dispensava a assistência técnica americana. O Pabae foi absorvido pelo Centro Regional

⁴ O filme “A escola agora é outra”, cujo roteiro apresentava duras críticas à escola primária, utilizou Escola Estadual Arthur Bernardes, em Sete Lagoas, como locação das filmagens, foi exibido no Instituto de Educação (e, posteriormente distribuído pelas salas de cinema do país e da França) e provocou mal-estar entre as professoras primárias, supervisoras e diretoras representadas pela Associação dos Professores Primários de Minas Gerais. (Paiva e Paixão, 2002).



de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais (CRPE-MG) e os técnicos brasileiros foram integrados à Divisão de Aperfeiçoamento do Professor (DAP) (2002, p.147). Nesse contexto, em que, por um lado o programa havia se consolidado, enviado cerca de cem professores de diferentes unidades da federação para estudarem na Universidade de Indiana⁵, e por outro enfrentava resistência direta dos altos quadros do governo federal, foi criada a *Revista Criança e Escola*.

A maior parte dos articulistas e da equipe editorial da revista era formada por professoras que estudaram na Universidade de Indiana como bolsistas e pertenciam ao corpo docente do Pabae. ⁶ Considerando o contexto educacional nacional, é preciso salientar que as atividades relacionadas ao Programa se deram de forma concomitante à implementação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n.º 4.024/61, que de acordo com Décio Gatti Júnior e Rosângela Maria Castro Guimarães (2019) esteve em tramitação desde 1947. A lei definiu os fins gerais da educação nacional e as finalidades de cada nível de ensino. Tendo em vista as particularidades regionais, caberia aos estados elaborar as regulamentações adequadas à sua realidade para atingir as finalidades prescritas. Em Minas Gerais, tal regulamentação para o nível primário foi realizada pela Lei n.º 2610/1962, Código do Ensino Primário, sob o governo de José Magalhães Pinto, sendo o secretário de educação, Oscar Dias Corrêa.

Gatti Júnior e Guimarães salientam que os programas de ensino detalhados foram elaborados por uma “Comissão presidida pelo chefe do Departamento de Educação, aprovado pelo Conselho Estadual de Educação em 13 de janeiro de 1964, e dado a conhecer no dia 30 de outubro de 1965, para ser implantado a partir de 1966, conforme consta no Decreto n.º 9.441/1966.” (2019, p.187). A organização da Comissão se deu quando o professor José Faria Tavares exercia o cargo de Secretário Estadual de Educação, e um de seus discursos foi registrado na introdução do programa, no qual afirma que a escola deve educar “para a era tecnológica”, bem como salienta “a necessidade de instruir, educar, adestrar as novas gerações mediante inovações metodológicas e de conteúdo, mas, principalmente, por meio da integração da escola com

⁵ Informação obtida por meio do Relatório do Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar apud PAIVA, PAIXÃO. Op. Cit. p.177-181.

⁶ A lista de professores que estudaram na Universidade de Indiana como bolsista do Pabae pode ser encontrada em Paiva e Paixão, 2002, p.177-181.



a comunidade” (2019, p.185). Tavares teve influência importante na formulação de *Criança e Escola*; o Secretário é mencionado no primeiro editorial da revista, pois teria alertado sobre a ausência de divulgação das atividades realizadas pelo Pabaee, bem como sobre a falta de comunicação com os professores do interior e a necessidade de assistência às escolas e aos professores. Assim, é possível inferir que havia afinidade entre a Secretaria de Educação de Minas Gerais e as propostas produzidas pelo Pabaee.

A imprensa pedagógica tem sido amplamente pesquisada pelos historiadores da educação. Maria Helena Camara Bastos analisou a *Revista do Ensino do Rio Grande do Sul*, no período de 1951-1992. O objetivo da revista era instruir o professorado primário, por meio da divulgação de diretrizes técnico pedagógicas, material didático e legislação educacional (1997, p.51). A revista, inicialmente, foi publicada pela livraria Globo e depois pelo Centro de Pesquisas e Orientações Educacionais do Rio Grande do Sul, tendo ampla circulação, com abrangência nacional e internacional. De acordo com Bastos, o estudo da imprensa pedagógica possibilita ao pesquisador “o resgate do discurso pedagógico, das práticas educacionais, do cotidiano escolar, do grau de submissão dos professores aos programas e instruções oficiais, da ideologia oficial e do corpo docente, da força de inovação e de continuidade que representa, das contradições do discurso.” (BASTOS, 1997, p. 48).

A pesquisa de Isabel Frade destaca-se por analisar de forma comparativa e contrastiva três revistas pedagógicas mineiras: *Amae educando*, *Dois Pontos* e *Presença Pedagógica*. Seu enfoque incidiu sobre os objetivos de cada revista e sua apresentação, os aspectos da materialidade e conteúdo, debruçando-se também sobre questões ligadas à produção, circulação e venda dessas revistas. Frade se interessou ainda pelos leitores dessas revistas e, portanto, pela sua recepção. Ainda que o conteúdo dos artigos não tenha sido objeto prioritário de sua análise Frade ressalta que:

“Graças às revistas pode-se reconstituir o presente da vida pedagógica de forma bem mais segura, porque se podem ler as informações e os comentários sobre as decisões políticas do momento (sobre as leis, as reformas em curso ou por vir); podem-se, também, encontrar os debates sobre as questões pedagógicas, sobre as preocupações existentes na vida cotidiana dos professores.” (2000, p.31.)

Ao analisar a *Revista do Ensino* de Minas Gerais, Maurilane de Souza Biccas (2005) salienta que o impresso foi uma das principais estratégias de formação de



professores no contexto da Reforma Francisco Campos. Na perspectiva de Biccás, os editores da *Revista* estavam empenhados em ensinar os professores a ensinar, por meio “de modelos de lições e uma diversidade de materiais que poderiam ser usados na sala de aula, como fábulas, poesias, músicas, desenho, histórias, e indicações metodológicas de como planejar uma aula utilizando tudo isso. A *Revista* nesse sentido se configurou como uma “caixa de utensílios” (2005, p.11).

Beatriz Daudt Fischer ressalta a preocupação com o comportamento moral das professoras e normalistas, presente nas revistas pedagógicas. Não só as normatizações tiveram essa função, mas revistas pedagógicas destinadas a auxiliar na formação dos professores abordavam também esse aspecto. Ao analisar a *Revista de Ensino do Rio Grande do Sul*, Fischer salienta “artigos e poesias, reportagens e sugestões didáticas, tudo ali permite identificar modalidades discursivas que contribuía na edificação de um modelo moderno de mulher professora.” (2005, p.234)

Fischer salienta que nas páginas daquela revista, que circulou durante quase toda a segunda metade do século XX, a professora não era vista como profissional, mas seu trabalho equivalia como o da mãe. Ela deveria formar os cidadãos, e a recompensa de seu trabalho, que tinha um aspecto espiritual, não era desse mundo. A professora teria uma missão, sendo apresentada como um “ser quase divino”. (2005, p. 327). É nesse aspecto que Fischer identifica a tentativa de controle, na qual o comportamento da professora deveria ser coerente com os elogios que recebe. Ademais, seus alunos a tomam como exemplo. Ao longo dos volumes publicados, por vezes, a professora é convidada a fazer uma autoavaliação de sua conduta. O que se espera da professora é abnegação e é justamente nesse período, assinala Fischer, que há maior movimentação das professoras em defesa de seus direitos. Na década de 1960, os textos incentivam um olhar para o passado, em busca de comportamentos modelares de outras mulheres, principalmente através de homenagens póstumas. Porém, ao mesmo tempo, convida a “encarar o desafio do futuro, da modernização, acompanhando o que se diz acerca das tendências das ciências da educação, em especial da Psicologia.”. (2005, p.333).

Essas historiadoras, embora tenham pesquisado periódicos diversos, convergem ao salientar o papel formativo da imprensa pedagógica, destacando sua atuação na divulgação de inovações metodológicas, propagação de novas ideias e



atualizações no campo educacional, formação moral por meio da representação de modelos comportamentais, bem como a maior possibilidade de interação entre os produtores da revista e seus leitores. A revista *Criança e Escola* não se afasta dessa abordagem. A título de exemplo, podemos tomar o sumário de número de 17, jan. – mar. de 1969, foi apresentado da seguinte forma:

- Psicologia** - o significado psicológico dos recursos audiovisuais
- Pré-primário** - fichas, cartazes, brinquedos, bugigangas... mas o que faço com tudo isso?
- Audiovisual** - você vai saber com usar o encarte colorido nº II
- Currículo** - os recursos audiovisuais e a concepção moderna de ensino
- Linguagem** - entre conosco na sala de aula para ver os multissensoriais
- Pré-Primário** - o audiovisual na propaganda é tema de aula para libertar a criança
- C. Naturais** - O AV tim-tim por tim-tim numa aula sobre pilhas elétricas
- Matemática** - Material simples ajuda seus alunos a descobrirem relações
- Pré-primário** - observe os alunos criarem estórias com o encarte colorido nº I
- E. Sociais** - criança conhece o Brasil com AV
- Audiovisual** - o pantógrafo pode ser o deus desenhista
- Rural** - o aluno pode trabalhar sozinho na sala de aula
- Psicologia** - você pode punir seus alunos ... você não deve punir seus alunos...
- Correio** - professora insatisfeita, professora solteirona, professora embaraçada (*Criança e Escola*, nº 17, 1969).

A observação inicial do periódico permitiu perceber que a organização das seções mudou ao longo de seus 35 volumes, contudo, permaneceu voltada para a formação dos professores do ensino primário e normal, com viés direcionado às novas metodologias, oferecendo exemplos de recursos diversos que poderiam auxiliar o professor em sala de aula.

Paiva e Paixão ressaltam o grande número de impressos produzidos pelo Pabae: “Entre 1958 e 1964, foram produzidas 113500 cópias de 30 livros e 38 mil exemplares de 15 folhetos. Os títulos dessas publicações indicam ser seus conteúdos, metodologias do ensino de Língua Pátria, Aritmética, Estudos Sociais, Ciências, Pré-Primário e Psicologia” (PAIVA, PAIXÃO, 2002, p. 151). O programa contava com uma gráfica própria e equipe de técnicos especializados, fotógrafos, ilustradores, operadores de *silkscreen*, dentre outros. Inicialmente, o material produzido era distribuído gratuitamente, porém a partir de 1964, somente um quinto da produção era destinado a distribuição gratuita, e os demais passaram ser vendidos a preço de custo.

As professoras formadas e contratadas pelo programa eram as autoras dos livros e folhetos distribuídos, porém somente em 1963, após um abaixo-assinado



endereçado a Anísio Teixeira, puderam receber os direitos autorais e ter suas obras publicadas por editoras comerciais. Nazira Féres Abi-Sáber, Francisca Alba Teixeira, Maria Onolita Peixoto são professoras com atuação constante em *Criança e Escola* e que publicaram livros direcionados à formação de professores em suas áreas de especialização.

A produção escrita pode ser considerada um dos principais meios utilizados para a formação docente pelo Pabae. Assim, interessa mobilizar o conceito de representação proposto por Roger Chartier. Chartier considera que não há prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo. Em sua perspectiva, interessa à história cultural, compreender como “uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990, p.17). Ele salienta que não há neutralidade, quando se trata das percepções do social, emergem estratégias e práticas que intentam se impor sobre as demais. Por isso, as representações devem ser analisadas pelo prisma da concorrência e da competição. Assim, as lutas de representações são tão relevantes quanto as lutas econômicas, pois fazem parte dos mecanismos utilizados pelos diferentes grupos sociais na tentativa de impor sua concepção do mundo social. Desse modo, importa compreender as formas como os atores sociais manifestam suas posições, interesses, bem como suas percepções sobre a sociedade.

Michel de Certeau levanta instigantes questionamentos sobre as ações dos usuários, que geralmente são tomados como passivos e disciplinados. Ele salienta que “a presença e a circulação de uma representação (...) não indica de modo algum o que ela é para seus usuários” (1998, p.40). Certeau enfatiza a necessidade de investigar as reapropriações feitas pelos usuários no cotidiano:

“No espaço tecnocraticamente construído, escrito e funcionalizado onde circulam as suas trajetórias formam frases imprevisíveis, trilhas em parte ilegíveis. Embora sejam compostas com os vocabulários de línguas recebidas e continuem submetidas as sintaxes prescritas, elas desenham as astúcias de interesses outros e de desejos que não são determinados, nem captados pelos sistemas onde se desenvolvem.” (1998, p. 45)

Certeau critica a percepção do leitor (consumidor) como alguém passivo. Para ele o leitor “não toma o lugar do autor, nem um lugar de autor. Invento no texto outra coisa que não aquilo que era a intenção deles.” (Idem, p. 264, 265). Nesse sentido a leitura



também é uma produção. Se por um lado as professoras que foram a Bloomington como bolsistas do Pabae, podem ser vistas como usuárias ou consumidoras de um modelo de educação estadunidense, sua produção de uma escrita com finalidade didática e pedagógica na revista *Criança e Escola* e nos diversos livros que algumas delas publicaram, nos leva a posicioná-las também como autoras.

Certeau, com certa ironia, demonstra o lugar da escrita na cultura Ocidental “Aqui trabalhar é escrever” ou “Aqui só se compreende aquilo que se escreve” (1998, p. 225). Como já salientamos, o Pabae era um lugar de intensa produção escrita. Certeau define o ato de escrever como uma operação, uma “atividade concreta que consiste sobre um espaço próprio, a página, em construir um texto que tem poder sobre a exterioridade da qual foi previamente isolado”. (1998, p.225). Ele designa três elementos constitutivos dessa operação, o primeiro é a página em branco que é o espaço, o lugar, onde o sujeito produz. Em seguida, a construção do texto, que se trata de uma série de operações gestuais e mentais que ordenam os fragmentos e materiais linguísticos. Fabrica-se, assim, um novo mundo. Por último, o “jogo escriturístico” remete a realidade, da qual se distingue, com o objetivo de modificá-la. (1998, p.225-26). O poder de transformação dessa operação e agência do sujeito escritor é enfatizada por Certeau da seguinte maneira: “as coisas que entram na página são sinais de uma passividade do sujeito em face de uma tradição; aquelas que saem dela são as marcas do seu poder de fabricar objetos” (1998, p. 226). Nesse sentido, interessa traçar com clareza a que tradição, quais modelos essas professoras/autoras se referem e identificar os pontos em que elas a transformam, a modificam.

Certeau salienta ainda que a produção escrita está associada a um novo poder. “A escritura se torna um princípio de hierarquização que privilegia, ontem o burguês, hoje o tecnocrata” (1998, p.230). Assim, ao destacarmos a prevalência de mulheres como autoras, editoras (ou diretoras), conselheiras editoriais, da revista *Criança e Escola* estamos sinalizando para esse lugar de poder no âmbito de uma instituição de formação. Tomamos a revista como um espaço privilegiado para a compreensão das apropriações feitas dos modelos e referenciais estadunidenses, bem como de suas possíveis adaptações à realidade brasileira.



“Os leitores são viajantes, circulam em terras alheias, nômades, caçando por conta própria através dos campos que não escreveram, arrebatando os bens do Egito para usufruí-los” (1998, p.270). As autoras de *Criança e Escola* viajaram não apenas de maneira metafórica. Elas, de fato, participaram de um projeto de aprendizagem de um modelo de educação estrangeiro. Carla Chamon e Luciano de Faria Filho destacam que a viagem deixa marcas no fazer educacional dos educadores. Viajar tem sido uma estratégia adotada pelos educadores brasileiros, pelo menos desde o século XIX, com o objetivo de se aproximar da realidade de lugares representados como “civilizados”, “referências em matéria de difusão, métodos e organização do ensino, e poderia significar a apropriação de ideias e instrumentos fundamentais para o enfrentamento das dificuldades que encontravam para realizar, aqui nos trópicos a construção de uma grande nação.” (2007, p. 40).

Tendo em vista as acentuadas transformações relacionadas à formação do professorado primário, que ocorreram a partir da década de 1930, bem como as representações sobre a profissão docente, que no caso do ensino primário e normal passou a estar atrelada às questões de gênero, é que se propõe o estudo da *Revista Criança e Escola*. Compreendemos que a revista foi tanto suporte de ideias, métodos e práticas pedagógicas, quanto espaço de elaboração intelectual por aqueles que a produziram. Investigar a revista *Criança e Escola*, enquanto instrumento de divulgação das metodologias de ensino propostas pelo Pabae e posteriormente pela Divisão de Aperfeiçoamento do Professor, pode contribuir para a compreensão dos impactos do programa em Minas Gerais. A análise dos conteúdos desse periódico, permite estabelecer um panorama das ideias, propostas e métodos divulgados no âmbito do programa para as diferentes áreas do ensino. Além disso, pode possibilitar a apreensão das representações feitas sobre os professores e suas práticas escolares, sobre as crianças e o papel da escola na sua formação. Destaca-se ainda a possibilidade de apreender possíveis demandas do professorado primário por meio da análise da seção de cartas. Ainda que não tenha sido possível estabelecer a abrangência de sua circulação, a revista se destaca por ser uma publicação que contou com a participação de proeminentes educadores mineiros como, Maria Mazzerelo Rodrigues e Bartolomeu Campos de Queirós, além de outros com vasta produção de livros didáticos. Sua publicação ininterrupta por um



período de aproximadamente 8 anos, mesmo com a extinção do Pabae, também a torna uma fonte relevante para a compreensão das relações entre o Pabae e o CRPE/MG. Embora não seja o foco desta pesquisa, cabe ainda salientar que publicações como *Estudos sociais na escola primária* e *Gravuras no ensino de estudos sociais* ambos de autoria de Francisca Alba Teixeira – diretora e conselheira editorial da revista *Criança e Escola* – tiveram circulação internacional, sendo referenciados em publicações do *Ministerio de Educación Y Culto* do Paraguai, o primeiro no *Programa de desarrollo educacional – Innovaciones educacionales* (1973) e o segundo no *Programa de Estudios Profesorado de Educación Primaria* (1983) (AFONSO, 2021, p. 56), o que pode ser um indício do impacto internacional do Pabae e da produção intelectual dessas professoras.

Referências

AFONSO, Bruna Reis. Regimes autoritários e ensino de história: as narrativas didáticas sobre a Guerra do Paraguai. Curitiba: Appris, 2021.

BASTOS, Maria Helena Camara. As revistas pedagógicas e a atualização do professor: A Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1951-1992). In: CATANI, Denice Barbara. BASTOS, Maria Helena Camara (Orgs.). *Educação em revista - a imprensa periódica e a História da Educação*. São Paulo: Escrituras, 1997, p. 47-75.

_____. Espelho de papel: a imprensa e a história da educação. In: ARAÚJO, José Carlos. GATTI JÚNIOR, Décio (Orgs.). *Novos temas em História da Educação: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas: Autores associados; Uberlândia: Edufu, 2002, p.151-174.

CRIANÇA E ESCOLA. Minas Gerais. Belo Horizonte. nº 17, 1969.

BICCAS, Maurilane de Souza. Da revista à leitura: a formação dos professores e a conformação do campo pedagógico em Minas Gerais (1925-1940). In: GATTI JÚNIOR, Décio (Orgs.). *Novos temas em História da Educação: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas: Autores associados; Uberlândia: Edufu, 2002, p.175-196.

BICCAS, Maurilane de Souza. “Nossos concursos” e “a voz da prática”: a Revista do Ensino como estratégias de formação de professores em minas gerais (1925-1930). *Cadernos de História da Educação, Uberlândia*, nº. 4, p. 155-166, jan./dez. 2005.

_____. O Impresso como estratégia de formação. *Revista do Ensino de Minas Gerais (1925-1940)*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2008.



CHAMON, Carla Simone; FILHO, Luciano Mendes de Faria. A educação como problema, a América como destino: a experiência de Maria Guilhermina. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venancio; GONDRA, José Gonçalves. *Viagens pedagógicas*. São Paulo: Cortez, 2007. p.39-64.

CHARTIER, Roger. Introdução. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: _____. *A História Cultural entre práticas e representações*. Col. Memória e sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1990.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: _____. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002, p. 61-80.

FISCHER, Beatriz Daudt. A professora primária nos impressos pedagógicos (de 1940 a 1970). In: STEPHANOU, Maria. BASTOS, Maria Helena Camara. *História e Memórias da Educação no Brasil*. Vol.III. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 324-335.

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. *Imprensa pedagógica: um estudo de três revistas mineiras destinadas a professores*. 2000. 283f. Doutorado em Educação. Faculdade de Educação -Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

GATTI JUNIOR, Décio; GUIMARÃES, Rosângela Maria Castro. As reformas educacionais em Minas Gerais: dos ambiciosos ideais formativos em âmbito estadual à preparação para o trabalho nas políticas nacionais (1892–1976). In: NETO, Wenceslau Gonçalves; CARVALHO, Carlos Henrique de. (Orgs.). *História da Educação em Minas Gerais: da Colônia à República*. Volume 3 – República. Uberlândia: Editora EDUFU, 2019. p. 157-221

PAIVA, Edil Vasconcelos. PAIXÃO, Léa Pinheiro. PABAEE (1956-1964) – A americanização do ensino elementar no Brasil? – Niterói: EdUFF, 2002.

PEIXOTO, Maria Onolita. Uma idéia torna-se realidade. *Criança e Escola*, Belo Horizonte, nº experimental, segunda capa, set, 1963.

WASCHINEWSKI, Susane da Costa; RABELO, Giani. A escola agora é outra: o Programa de Assistência Brasileiro Americana ao Ensino Elementar – PABAEE (1956 a 1964). *Educação*, Santa Maria, vol. 42, núm. 3, p. 535-554, Setembro-Dezembro, 2017.